

## **O POSITIVISMO DO PARTIDO REPUBLICANO RIOGRANDENSE NA REPÚBLICA VELHA —**

### **uma manifestação do discurso positivista, Latino Americano**

**Celi Regina J. Pinto**

O presente artigo objetiva traçar as principais linhas do pensamento positivista latino-americano dos fins do século XIX e primeira décadas do século XX, dentro do qual se insere o discurso político do Partido Republicano Rio-Grandense durante a República Velha.

Entende-se por pensamento positivista latino-americano o movimento intelectual dos fins do século XIX, no continente, que articulou as idéias de Augusto Comte, Herbert Spencer o mesmo John Stuart Mill com o objetivo de traçar uma interpretação científica dos fenômenos sociais e propor soluções igualmente científicas para os problemas sociais e políticos que atingiam o continente. Chamaremos de discurso político positivista todas as manifestações deste pensamento no período que foram articuladas ideologicamente.

Duas questões ocupam primordialmente nossa atenção em relação ao tema, uma de ordem histórica e outra teórica.

O que chamamos de questão de ordem histórica se refere à necessidade de, ao estudarmos uma situação regional, inseri-la numa conjuntura mais ampla. Se por um lado o estudo regional é fundamental em países com realidades políticas, sociais, econômicas e históricas diversas, por outro, por sua própria natureza de ser regional, necessita ser entendido em um contexto mais amplo. Parece-nos que uma das questões mais ricas do estudo regional é exatamente perceber a articulação região-país ou/e situações mais abrangentes. Dentro desta perspectiva que, com o objetivo de estudar a ideologia do PRR, começamos por uma análise mais ampla da doutrina positivista na América Latina.

A questão de ordem teórica se relaciona à análise de ideologia. Nossa proposição básica é a de que um discurso ideológico não se define por seu conteúdo, mas através da forma como este conteúdo é articulado. Alguns exemplos esclarecem esta questão. Se analisarmos o discurso político ocidental pós-guerra veremos que com raríssimas exceções, todo ele interpela a questão de democracia, o que no entanto não qualifica estes discursos como democráticos. Um outro exemplo bastante elucidativo desta questão é a presença da idéia de nacionalismo no discurso político. Em si nacionalismo não tem qualquer conotação ideológica. O discurso fascista é nacionalista, entretanto não se pode qualificar um discurso de fascista apenas porque tem presente a questão da nacionalismo. Os movimentos de libertação dos países africanos pós-guerra são discursos tipicamente nacionalistas, assim como foi o discurso de Mao durante a Revolução Chinesa. Em suma o que define um discurso como democrático não é a presença pura e simples da idéia de democracia, o que define um discurso como fascista não é a idéia de nacionalismo, mas a forma como estes conteúdos se articulam a outros conteúdos dentro do discurso. Resulta deste tipo de colocação que o fato de ter havido na América Latina, no fim do século XIX e início do século XX, um discurso político com um conteúdo positivista não o define a priori como um discurso conservador. Os discursos existentes nos diversos países latino-americanos na época não foram conservadores ou progressistas pela ausência ou presença de conteúdos positivistas.

Na primeira parte deste artigo procuraremos mostrar exatamente como, articulando conteúdos positivistas, surgiram na América Latina discursos políticos ideologicamente diversos. Na segunda parte nos deteremos no positivismo brasileiro a fim de analisar como, dentro da conjuntura nacional e regional, se desenvolveu tal discurso. Finalmente cabe esclarecer que o presente trabalho faz parte de um projeto amplo de análise do discurso político do Partido Republicano Rio-Grandense na República Velha que presentemente estamos desenvolvendo.

#### **Quatro exemplos de discursos político positivista nos países hispano-americanos.**

O discurso político positivista apareceu na América Latina em uma conjuntura específica. A fim de entender as condições de emergência de tal discurso, se faz necessário ressaltar o fato de que o século XIX foi um século de transição. Durante a sua primeira metade a maioria dos países latino-americanos lutaram pela emancipação política. Feita a independência, a situação daqueles países era problemática. O "status" de nação independente não havia

alterado a estrutura econômica e a velha ordem de dominação política. Os mesmos problemas anteriores continuaram a manifestar-se. O discurso positivista surgiu da necessidade da proposição de uma nova ordem em oposição à velha estrutura. Os princípios de ordem e progresso, a interpretação científica dos fenômenos sociais, a idéia de uma evolução natural que levaria o homem a estágios avançados de desenvolvimento apareceram para diversos grupos, nos países emergentes, como uma solução capaz de se impor à ordem herdada do período colonial. Tais princípios originaram diferentes discursos políticos que variaram de totalitários e democráticos; de capitalistas a socialistas de acordo com os grupos e os interesses a que estavam ligados os atores desses discursos. Vejamos a seguir quatro exemplos de discursos político positivista na América Latina, no período em questão.

### ○ discurso positivista socialista

Identifica-se, no período, dois discursos positivistas socialistas. O primeiro articulava os princípios contidos na doutrina de A. Comte, mostrando que o estado positivista correspondia melhor a idéia de justiça social que o chamado estado socialista. O segundo parte da lei da evolução natural, desenvolvida por Herbert Spencer. Ambos desenvolveram-se principalmente na Argentina. O primeiro teve como representante J. Alfredo Ferreira, Leopoldo Herrera e Jose Bianchi; o segundo, Carlos Otavio Bunge, Jose Ingenieros e Juan Justo.

O discurso com base na doutrina de Comte identificava um objetivo comum entre o socialismo e o positivismo. Ambos desejavam a justiça social, mas variavam em métodos. Positivismo era colocado como sinônimo de ordem e progresso, socialismo tinha a conotação de caos e revolução, desorganizava a propriedade privada e impunha a igualdade artificialmente por lei. O fundamental deveria ser o destino social da propriedade e não sua apropriação. Tal discurso solucionava a questão da seguinte forma: — na medida em que a justiça social era considerada um problema político, a solução deveria ser o controle do destino social da propriedade pelo estado, que, por sua vez, só deveria existir enquanto fosse controlado pela opinião pública. (Zea, 1963, p. 219/226).

O discurso que se estruturou a partir da idéia de evolução natural segue uma linha diversa. Bunge articulou o princípio da evolução natural à dialética. Socialismo seria o resultado final da evolução. Os diferentes estágios da evolução correspondiam a existência de diferentes classes sociais, que em momentos diversos estariam em diferentes estágios. A partir desta colocação con-

clui: "Algumas gerações de trabalhadores sob circunstâncias mais ou menos favoráveis geralmente produzem um resultado inverso a uma simultânea geração de aristocratas. Enquanto os últimos degeneram, os primeiros desenvolvem-se robustamente. Porquanto quando uma classe inferior é governada por uma superior o resultado é a luta de classes" (Zea, 1963 p. 228) Ingenieros seguia a mesma linha de argumento, afirmando que o processo de evolução eliminaria os fracos dentro do sistema capitalista resultando a sobrevivência do mais forte que iria organizar a sociedade socialista.

Uma forma diversa de articulação do princípio de evolução natural à idéia de uma sociedade socialista foi desenvolvida por Juan Justo. Ao contrário dos pensadores anteriores não entendia o sistema capitalista como um estágio na evolução natural, ao contrário, via-o como em oposição ao processo de evolução. Argumentava que a propriedade dos meios de produção por uma classe "artificialmente limita o desenvolvimento e a vida de grandes grupos de indivíduos". Conclui que todos os homens necessitam ter as mesmas condições para lutar por sua sobrevivência. O regime socialista é o único que dá condições para tal. (Korns, 1934. p. 222).

### **O discurso positivista racista**

Feita a independência, as nações latino-americanas tiveram de enfrentar a existência de populações indígenas extremamente pobres e isoladas. As soluções apresentadas a tal questão também articularam os chamados princípios positivistas, principalmente a lei da evolução natural. Na escala de evolução, o homem europeu branco era apresentado como o padrão do homem civilizado. Os indígenas representavam o homem bárbaro. Com base nesta dicotomia desenvolveram-se pelo menos dois discursos racistas (a conotação racista não está sendo usada aqui obrigatoriamente como sinônimo de preconceito racial, mas como o uso da idéia de raça como articuladora do discurso).

Em um primeiro tipo de discurso atribua-se ao indígena a responsabilidade pela pobreza destes países. Pertenciam a uma raça inferior e deveriam ser eliminados. Javier Prado (Peru) identificava a existência de uma raça inferior como a causa da pobreza peruana, e apresentava como solução a mudança das características da raça através da imigração. (Prado, 1894. p. 101). Já Nicomedes - Antelo (Bolívia) argumentava que os indígenas eram subdotados e que, devido a isto, não podiam entender as idéias de república e democracia. Tomava como exemplo a Argentina, onde, tendo sido elimi-

## O Positivismo do partido...

nado o indígena, havia sido atingido um estágio superior de civilização (Zea, 1963. p. 199).

Mesmo na Argentina, onde praticamente não existia o problema indígena, a questão foi vista da mesma forma. Analisando a sociedade argentina, Ingenieros identificou duas populações: — a argentina e a gaúcha. A primeira identificada como européia, responsável pelo movimento de independência e agente da democracia. A segunda formada por indígenas analfabetos e predispostos a dar apoio à ditadura. (Ingenieros. 1915 p. 40).

O segundo tipo de discurso colocava a questão de uma forma diferente. Gonzales Prada (membro do Partido Liberal Reformista do Peru) apontava para o fato da inexistência de raça inferior. O indígena não era uma raça inferior, mas um homem inferior. As razões desta inferioridade estavam na colonização espanhola. A solução por ele apontada não era a eliminação do índio, mas a sua transformação em homem superior através de uma educação apropriada (Prada. 1930). A mesma posição era defendida, pelo também peruano, Manuel Vicente Villaram. Argumentava que os indígenas eram produto do ambiente em que viviam e a solução era a integração à sociedade branca.

### O discurso positivista ditatorial

O melhor exemplo de um discurso puramente ditatorial em países hispano-americanos é o discurso do regime de Porfirio Díaz, no México. Tal discurso estabelecia uma oposição entre ordem e anarquia. Ordem era identificada como a condição fundamental para o progresso. Anarquia, como a reprodução do estado colonial. Ordem era a primeira condição para a liberdade. Liberdade sem ordem havia resultado na Constituição Liberal de 1857 e tal constituição tinha sido responsável pelo estado de anarquia em que se encontrava a sociedade mexicana. Em oposição, o "porfiriato" garantia ordem e paz, e para alcançá-los era necessário uma política fixa que só poderia ser levada a efeito através de uma ditadura. (Zea. 1963. p. 275).

No que pese a ênfase na preservação da ordem, o discurso do "porfiriato" não excluía a idéia de liberdade; ao contrário, a ditadura a garantiria através do desenvolvimento econômico do México. Em suma, o discurso do "porfiriato" apresentou o regime ditatorial como um regime científico. O antigo regime era uma ditadura pessoal. O novo uma ditadura social que garantiria as condições necessárias para a evolução da sociedade.

No Chile também apareceram os princípios positivistas articulados à ditadura. Na crise da presidência de Balmaceda, Juan Lagarrigue e Valentin Letellier identificaram o parlamentarismo com herança colonial e caos. Em oposição, apresentavam a ditadura como o regime de ordem e progresso. Lagarrigue justificava sua posição apontando que "Augusto Comte havia sido o primeiro republicano que mostrou completamente o absurdo do sistema parlamentarista." (Lagarrigue, 1937).

### O discurso positivista democrático

O discurso democrático foi o típico discurso de oposição às práticas conservadoras, colocando-se como uma alternativa à herança colonial através da articulação das idéias de ordem, progresso e evolução, ou seja, o discurso democrático identificou democracia como sinônimo de progresso. Progresso que só seria alcançado em uma sociedade livre. A posição de Lastarria é um bom exemplo do discurso positivista democrático. Assumiria como premissa básica que história era ciência, a evolução da sociedade seguia leis naturais que se contrapunham à visão fatalística hegeliana. Em oposição aos que acreditavam na existência de um espírito ou idéia dominando a vida social e justificando a herança colonial como algo que não poderia ser ultrapassado, ele via o homem como capaz de evoluir em direção a padrões mais elevados de civilização. (Zea, 1963. p. 137)

Em todo o discurso positivista democrático a questão da educação aparecia como fundamental. A doutrina positivista, principalmente Comte, dava grande importância à existência de uma população educada de maneira apropriada, que garantiria uma opinião pública esclarecida, a única capaz de fiscalizar o governo. No Chile, Letellier afirmava que as condições necessárias para a sociedade democrática eram o desenvolvimento e a independência do sistema de voto. Tais condições se verificariam no momento em que a população adquirisse um nível satisfatório de educação. (Letellier 1891).

A idéia de educação como uma forma de se chegar à liberdade também apareceu no discurso positivista uruguaio, onde democracia era identificada com emancipação intelectual, em oposição a um esquema filosófico, aristocrata e opressivo. (Zea, 1963. p. 247). A mesma posição aparece em Cuba que neste momento lutava por sua emancipação política. Varona, um intelectual cubano, argumentava que sem emancipação intelectual a emancipação política nada representaria. Afirmava: "a divergência de opiniões é o trabalho

da evolução e desta maneira a lei do progresso é preenchida". (Varona, 1880 p. 84)

Bareda, no México, também defendia a idéia da revolução intelectual como a única forma de se chegar à sociedade democrática. A sociedade deveria chegar à ordem e ao progresso (sinônimo de democracia) como o resultado da evolução natural (sinônimo de revolução intelectual). (Zea, 1963. p. 276)

Retomando os quatro exemplos de discurso acima, constata-se que todos apresentavam-se como soluções aos problemas das novas nações. No entanto, no que pese todos se apresentarem em oposição à estrutura arcaica herdada da colônia, não foram necessariamente progressistas, como não foram necessariamente conservadores, porque articulavam princípios positivistas.

A questão que se mantém é a do porquê do surgimento destes diversos discursos positivistas, na América Latina, nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Parece-nos que a explicação para tal popularidade está em dois aspectos. Em primeiro lugar deve-se considerar, para entender tal fenômeno, a conjuntura latino-americana, que, como já tivemos oportunidade de apontar, se encontra em um período de transição onde coexistem uma nação independente com estruturas de dominação herdada da colônia. A reação a tal estado de coisas foi buscar suporte para novas posições políticas fora da ideologia liberal dominante. A doutrina positivista, tanto por sua pretensão a ser científica como por sua otimista interpretação do futuro da humanidade, se adequava aos anseios daqueles que pretendiam mudanças sociais e políticas. Um segundo aspecto que deve ser considerado é o tipo de elites intelectuais e políticas que essas sociedades produziram. Em uma estrutura agrária latifundiária onde as relações sociais muitas vezes se colocavam quase que como feudais os únicos grupos reativos a tal situação eram os segmentos de classe média, emergentes, que viviam nas cidades e formavam o grupo intelectual, ligados a profissões liberais e ao setor terciário em geral. Tal grupo, no que pese sua maior independência em relação à estrutura agrária, se constituía parte desta estrutura. Não havia, pois, razão para que esses grupos fossem procurar em ideologias "mais à esquerda" os princípios articuladores de sua prática política. O positivismo com seu cientificismo e seu reformismo conservador se adequava a este tipo de intelectual que se serviu da doutrina, tanto para justificar um estado autoritário, como para articular idéias socializantes.

A seguir passaremos a analisar o positivismo no Brasil que, no que pese ter características bastante individualizadoras em re-

lação ao resto da América Latina, pode ser enquadrado neste esquema geral.

**O discurso positivista brasileiro**  
(o discurso positivista republicano)

O discurso positivista no Brasil apresentava-se como uma alternativa ao velho e conservador regime monárquico, uma solução científica à organização política brasileira. Foi um projeto autoritário que identificava ordem com concentração de poderes e anarquia com regime parlamentar.

O discurso positivista no Brasil pode ser identificado em três diferentes grupos no fim do século XIX: no Apostolado Positivista do Brasil, no Exército e no Partido Republicano Rio-Grandense.

**O Apostolado Positivista do Brasil**

O Apostolado Positivista do Brasil foi fundado oficialmente em 1881, sob a direção do Miguel Lemos e Teixeira Mendes (ambos ficaram famosos pelo dogmatismo com que seguiram Comte). O Apostolado nunca articulou suas posições políticas numa prática, nem mesmo posicionou seus discursos como antagônico ao regime monárquico. Um exemplo desta posição foi a reação do Apostolado quando da proclamação da República. Em sua opinião, a República, em si, não tinha nenhum significado, o fundamental era a adoção da ditadura. A democracia republicana era chamada de um regime sociocrático-burguês-parlamentarista. (Costa, 1967, p. 120)

Após o 15 de Novembro, o Apostolado tentou influenciar o novo governo. No que pese seus membros nunca terem participado diretamente das atividades políticas, publicaram uma série de documentos contendo sugestões. Entre os documentos publicados pelo Apostolado no primeiro ano da República, dois são especialmente importantes. A 2 de dezembro de 1889, o Apostolado apresentava um projeto de governo que abrangia os seguintes tópicos:

- a) república ditatorial definitiva
- b) constituição aprovada por referendun popular
- c) uma constituição que deveria combinar o princípio da república ditatorial com uma completa liberdade espiritual

A república ditatorial deveria extinguir o poder legislativo. As funções a ele atribuídas deveriam estar concentradas nas mãos do ditador, que seria perpétuo e teria o direito de escolher seu suces-

sor desde que aprovado pela opinião pública. A liberdade espiritual deveria se concretizar na completa liberdade de opinião. Ainda era proposta uma Assembléia de Representantes que deveria se ater a questões financeiras. Tal projeto foi, sem alterações importantes, o modelo de governo apresentado por A. Comte no "Sistema de Política Positivista" (Comte, v. 1, p. 309/310). Em 1891 o PRR apresentou um projeto que se tornaria a Constituição do Rio Grande do Sul, onde se observa os mesmos princípios.

Outro documento importante apareceu no mesmo ano, sob o título de "Incorporação do Proletariado à sociedade moderna". Tomando em consideração a situação da classe trabalhadora do país naquele período, o projeto do Apostolado era bastante progressista. Propunha salário mínimo, 7 horas de trabalho diário, 15 dias de férias anuais, direito à aposentadoria e pensão às viúvas. (Mendes, 1889, p. 5)

O declínio da influência generalizada do positivismo na vida do país, após os primeiros anos de República, e o dogmatismo do Apostolado determinaram o seu desaparecimento da vida política brasileira.

### **O Exército**

A fim de entender a posição política do Exército nas últimas décadas do século XIX é necessário levar em consideração sua própria história. Na prática, o Exército brasileiro só se organizou efetivamente com a Guerra do Paraguai. Anteriormente as Forças Armadas do país se constituíam por um Exército mal organizado e mal pago. O Brasil não necessitou Exército para emancipar-se. A independência não resultou de uma guerra como foi o caso da maioria dos países latino-americanos. As dificuldades com a Guerra do Paraguai forçaram a organização do Exército. Pela primeira vez se fez necessário um exército forte. Quando a guerra acabou os militares apareceram como uma nova força, que reclamava melhores condições e adquiria identidade política através de seus problemas com o regime.

Até as últimas décadas do século XIX, o exército havia se mantido afastado de uma posição política, enquanto corporação. Mesmo a propaganda republicana, em seu início, foi quase exclusivamente um movimento civil. Os problemas entre o Exército e o regime deram, mais tarde, as razões para o último se integrar à campanha, e a doutrina positivista deu aos militares o necessário "background" ideológico.

O positivismo não foi introduzido no Exército como uma ideologia política. Apareceu pela primeira vez na Escola Militar do Rio de Janeiro na década de 50, ligado ao estudo de Matemática e de Física. Entretanto, paulatinamente, os princípios políticos defendidos por Augusto Comte tornaram-se populares. Foi através deles que os militares adquiriram identidade política.

Um exemplo típico do discurso positivista do Exército foram as palavras proferidas por militares na cerimônia de posse do Ministro da Agricultura, o positivista Demétrio Ribeiro. (11 de dezembro, 1889). Todos que falaram naquela oportunidade expressaram claramente princípios positivistas, afirmando ser a posição oficial do Exército.

Nesses exemplos pode ser observado a principal característica do discurso político positivista no Brasil — a identificação de ordem e progresso com ditadura.

O declínio da influência do positivismo no novo regime foi paralelo ao declínio do poder do Exército. Enquanto este teve influência, as proposições positivistas apareciam tanto nos meios militares como parlamentares. No momento que as elites regionais chegaram ao poder central, o positivismo perdeu completamente a sua importância na política nacional.

### **O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)**

A fim de entender as condições de emergência do discurso positivista do PRR é necessário prestar atenção na situação política interna do Rio Grande do Sul e a posição do PRR dentro dela.

O PRR representava as forças políticas republicanas no RGS como todos os outros partidos republicanos as representavam nos outros estados. Mas enquanto em outras regiões do país os PRs já possuíam influência na vida política mesmo durante o regime monárquico, no Rio Grande do Sul a situação era diversa. Durante a década de 70 não houve propaganda republicana organizada no Estado. O PRR foi fundado somente em 1881. A impopularidade das idéias republicanas no Rio Grande do Sul podem ser explicadas pelas fortes ligações das elites políticas da região com a monarquia. O PRR foi um grupo marginal, formado por jovens advogados, médicos, engenheiros fortemente influenciados pelo pensamento positivista que, ao redor dos anos 80, voltavam ao Estado depois de haverem estudado nas universidades do centro do país. Não foram os estudantes gaúchos os únicos a se tornarem republicanos e positivistas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entretanto, nos outros

estados, estes grupos encontraram partidos republicanos já organizados e foram por eles assimilados. No Rio Grande do Sul os positivistas assumiram praticamente sozinhos a propaganda.

Em um ambiente hostil à idéia de república, o PRR se organizou em 1881 e, como consequência do golpe militar de 15 de novembro, tomou o poder. Já durante os primeiros encontros oficiais do partido, a doutrina positivista era apresentada no discurso do PRR como sinônimo de república em oposição à doutrina liberal que era apresentada como sinônimo de monarquia. Após a derrubada do velho regime, as forças políticas gaúchas que haviam se mantido fiéis à monarquia tornaram-se republicanas. Neste momento o inimigo destas forças não era mais a república, em si, mas a doutrina republicana do PRR.

Tomando o poder, o discurso positivista do tempo da propaganda passou a ser o discurso do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo que disciplinava os membros do partido, tornou-se a teoria justificatória para as políticas levadas a efeito pelo governo.

O primeiro aspecto do discurso positivista do PRR que deve ser levado em consideração é a organização constitucional do Estado (Constituição de 14 de julho de 1891). Foi através da constituição que o partido institucionalizou seus princípios e garantiu o seu poder no governo. Não foi sem razão que a Constituição foi o principal ponto de ataque da oposição ao longo da República Velha.

A Constituição de 1891 teve como principais pontos: a ausência da divisão de poderes, a concentração de poderes nas mãos do presidente do estado, a ausência e Assembléia Legislativa, a existência de uma Assembléia de representantes com atribuições exclusivamente financeiras e uma sessão intitulada "ordem e progresso".

Segundo o "Sistema de Política Positiva" de A. Comte, o Presidente do Rio Grande do Sul detinha poderes quase ilimitados. Comparando as funções do ditador, propostas por Comte, com as funções do presidente do Rio Grande do Sul, dois aspectos chamam a atenção. O primeiro se refere à natureza de perpetuidade das funções do ditador. A Constituição gaúcha não podia dar este direito ao presidente, pois estaria contrariando o regime instituído pela Constituição Federal. Entretanto a Constituição garantiu, se não a perpetuidade, pelo menos a continuidade das funções presidenciais, garantidas através possibilidade ilimitada de reeleição e da livre escolha do vice-presidente pelo presidente. O segundo aspecto

que deve ser considerado, se relaciona diretamente com as funções do presidente. Neste ponto não existe diferença fundamental entre a Constituição do RGS e o projeto do Apostolado que vimos acima e as disposições encontradas no sistema de Política Positiva "O presidente, além das funções tradicionais, deveria redigir as leis, preparar o orçamento e organizar a milícia estadual.

A Constituição do RGS também seguiu a proposta positivista quanto ao processo de preparação e aprovação das leis. A lei deveria ser elaborada pelo presidente do estado que deveria mandá-la a todos os prefeitos municipais. Estes, por sua vez, deveriam publicá-las por um período de 3 meses, para que qualquer cidadão pudesse propor emendas. Passado o prazo, o projeto deveria voltar ao presidente que livremente aceitaria ou não as emendas e então sancionaria as leis que deveriam ser revogadas caso a maioria dos conselhos municipais se manifestassem contra. (Constituição Rio-Grandense, 1963 p. 59).

Acrescentava-se a esta peculiar organização uma secção denominada "ordem e progresso" que substitua a tradicional secção dos direitos individuais. Nela eram firmadas as chamadas liberdades espirituais, que se constituía na liberdade profissional, liberdade de imprensa, industrial e comercial. (Constituição Riograndense, 1963 p. 76-78).

Pelo que já foi dito anteriormente, o positivismo, que tanto influenciou a ideologia do Partido Republicano Riograndense durante a República Velha, não foi um fato isolado. Não foi a adoção de um esquema filosófico exótico pouco popular na Europa, mas deve ser inserido em um movimento mais amplo que atingiu praticamente toda a América Latina.

O positivismo na América Latina foi fundamentalmente uma ideologia reativa a uma estrutura de dominação arcaica.

No Rio Grande do Sul a ideologia do PRR se insere neste movimento mais amplo e assume características específicas que necessitam ser explicadas a partir das especificidades políticas e sociais regionais.

Agradeço as sugestões e críticas dos Drs. Ernesto Laclau e Joe Foraker da Universidade de Essex, assim como a cuidadosa revisão de língua da Prof. Maria Regina Noll.

\* A autora se encontra, atualmente, na Universidade de Essex, Inglaterra, desenvolvendo tese de PhD, sobre o discurso ideológico do PRR na Primeira República.

## REFERÊNCIAS

- COMTE, Auguste. **System of Positive Polity**. Vol 1. Burst Franklin. New York.
- COSTA, Cruz. **História das Idéias no Brasil**. Civilização Brasileira 1967.
- Constituições Riograndenses**. 1963.
- GONZALES, Prada, **Paginas Libres**. Santiago do Chile. 1930.
- INGENIEROS, José. **La formacion de una raza argentina** in: Revista de Filosofía, vol. 1. Buenos Aires, 1919.
- INGENIEROS, José. **Los sistema de producion en la evolucion de las sociedades humanas**. La escuela Positiva.
- KORN, Alejandro **Hegel and Marx con una disertacion sobre el positivismo**. Buenos Aires ed, Escuela de Estudios Sociales.
- LAGARRIGUES, Jorge. **La dictadora republicana após Auguste Comte**.
- LEMOS, Miguel. "Ao povo e ao Governo da República". Circular Annual 1889, anexo D.
- MENDES. Incorporação do proletariado na sociedade moderna.
- PRADO, Javier. **El estado social del Perú durante la demonacion espanhola**. Lima. Imprensa Diária judicial, 1894.
- LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. CEN Rio de Janeiro. 1967.
- VARONA, Enrique José. **El positivismo**. Revista de Cuba. vol. 3. Habana. 1978.
- VILLARAN, Manuel Vicente. **Las profissões Liberales en el Peru**. Lima. Imprensa La Industria. 1900.